

**SENADO DECIDE
HOJE AMPLIAÇÃO
DE PRAZO PARA
ANTECIPAR "ROYALTIES"**

PÁGINA 8

**PLENÁRIO ACOLHE
PROPOSTA DE REDUÇÃO
DAS SESSÕES DO
CONGRESSO NACIONAL**

PÁGINA 5

**DIRIGENTES DA ANP
E ANATEL SERÃO
RECONDUZIDOS PARA
NOVOS MANDATOS**

PÁGINA 5

Comissões aprovam por unanimidade restrição à propaganda de cigarros

Em reunião conjunta, CCJ e CAS acolhem parecer que proíbe anúncios de fumo em revistas, jornais, TVs, rádios e *outdoors*. Projeto será agora apreciado pelo Plenário do Senado

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem em reunião conjunta, por unanimidade, parecer do senador José Roberto Arruda sobre o projeto que restringe a publicidade de cigarros e outros produtos derivados do tabaco. De acordo com o parecer, anúncios desses produtos ficarão proibidos em revistas, jornais, TVs, rádios e *outdoors*. O projeto será agora apreciado pelo Plenário do Senado.

PÁGINA 3



Arruda lembrou mortes e doenças provocadas pelo fumo e obteve a aprovação das duas comissões para seu parecer



Ney Suassuna abriu a audiência em que o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, falou sobre política monetária, creditícia e cambial

Fraga prevê crescimento acelerado da economia

Em depoimento a senadores e deputados, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, também afirmou que o prejuízo de R\$ 13 bi sofrido em 1999 pela instituição foi causado pela desvalorização do real.

PÁGINA 9

CAS acata novas regras para coleta e uso de sangue e derivados

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou parecer do senador Geraldo Althoff favorável ao projeto que regulamenta as atividades relacionadas à coleta, armazenamento e uso de sangue e seus derivados. A matéria irá ainda ao Plenário.

PÁGINA 4

PRESIDIÁRIO ACUSA POLICIAIS DE PARTICIPAÇÃO EM ROUBO DE CARGAS

PÁGINA 6

ACM recebe mães e apóia mobilização pela paz

Ao receber ontem integrantes do Comitê Nacional de Vítimas da Violência – a maioria mães que perderam seus filhos –, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, prometeu apoio à aprovação de legislação que promova a paz na sociedade.

PÁGINA 2



ACM com integrantes do Comitê de Vítimas da Violência: "O Congresso tem o dever de dar apoio a quem já sofre tanto a falta de seus filhos"



D. Serafim disse que veio agradecer o apoio recebido do presidente do Senado Federal

Antonio Carlos recebe cardeal de Belo Horizonte

O cardeal-arcebispo de Belo Horizonte, d. Serafim Fernandes de Araújo, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. "Foi uma visita de cortesia, para agradecer todo o apoio que o senador nos deu ao longo de muitos anos para o desenvolvimento de nosso trabalho", afirmou o cardeal à saída do encontro.

ACM comemora consenso em torno de pleito de prefeitos

Ele diz que as penas por crimes fiscais só poderão ser aplicadas contra atos praticados após a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que "prevaleceu o bom senso" com a adoção do consenso em torno da interpretação que fixa em 20 de outubro de 2000 a data a partir da qual as punições de prefeitos, previstas na nova Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), serão aplicadas.

Com essa solução, ressaltou ele, não será necessário alterar a lei. A saída para o impasse foi encontrada por assessores do presidente da Câmara, Michel Temer, e logo recebeu o apoio de Antonio Carlos, baseado no entendimento de que a lei penal não pode retroagir para prejudicar, segundo preceito con-



Antonio Carlos com os prefeitos: senador elogiou a interpretação dada por Michel Temer

sagrado pelo Direito brasileiro. Assim, as penalidades só podem ser aplicadas para crimes cometidos a partir da promulgação da lei. A LRF começou a valer em maio último. Mas a lei que tipificou as penas para os crimes fiscais foi sancionada em outubro.

— Com essa interpretação da lei, os efeitos se aplicariam apenas aos prefeitos que deixarem restos a pagar a partir da promulgação da lei — explicou Temer, antes de se reunir com Antonio Carlos, que considerou "perfeita" a interpretação do presidente da Câmara.

Câmara discute renda mínima associada à educação

Senador reúne-se com vítimas da violência

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, em seu gabinete, integrantes do Comitê Nacional de Vítimas da Violência, e se comprometeu a apoiar suas reivindicações pela aprovação de legislação em prol da paz na sociedade brasileira.

— O Congresso, como representação popular, tem o dever e a obrigação de dar todo o apoio a quem já sofre tanto a falta de seus filhos, por causa da violência — afirmou.

Antonio Carlos esclareceu aos visitantes que a votação dos projetos restringindo o porte e a posse de armas de fogo só não aconteceu porque existem dois pareceres contraditórios — dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Pedro Piva (PSDB-SP). "Precisamos resolver isso primeiro", disse. Quanto à alegada atuação de lobistas da indústria de armas para evitar a votação, o senador garantiu que "es-

ses lobistas perdem tempo, porque nosso interesse é atender à população do país, e sobretudo às vítimas da violência".

O comitê quer ter sua existência institucionalizada junto ao Ministério da Justiça, além de reivindicar apoio jurídico e assistencial aos familiares das vítimas, a proibição de divulgação de imagens violentas pela TV e a convocação de plebiscito para admissão da prisão perpétua em crimes de homicídio. Diante dos relatos de muitos casos de impunidade dos assassinos, Antonio Carlos comentou que "a Justiça protela e não decide nada".

CONDE

Ainda na tarde de ontem, o senador recebeu o prefeito do Rio de Janeiro, Luis Paulo Conde, acompanhado do presidente do PFL, Jorge Konder Bornhausen. Sobre o encontro, Conde afirmou: "Conversamos sobre política, só".

Ao abrir na manhã de ontem o Seminário sobre Renda Mínima Vinculada à Educação, na Câmara dos Deputados, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, alertou que o grande problema do Brasil é a desigualdade na distribuição de riquezas. Ele defendeu uma ação efetiva do Estado e da sociedade civil para resolver o problema. "Não basta o crescimento econômico, não basta aumentar o bolo, acreditando que, a partir de certo momento, todos vão adquirir seu pedaço", disse.

Iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara, o seminário tem o apoio do Ministério da Educação e da Unesco. No encontro, que termina hoje, autoridades, técnicos e estudiosos estarão discutindo e avaliando experiências brasileiras e estrangeiras (México e Argentina) sobre programas de renda mínima ligados à educação.

Em seu pronunciamento, Antonio Carlos afirmou que "devem ter

prioridade estratégica os programas de renda mínima associados a ações educativas". Mas alertou:

— Só não devemos considerá-los como uma panacéia. O que é necessário é criar um compromisso cada vez maior do Estado com os investimentos sociais.

Ele observou que o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza abarca "realizações e linhas de ação mais vastas e diversificadas do que uma política de renda mínima associada à educação". Seus recursos, acrescentou, serão destinados a ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas "de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida".

Quando for implantado, acrescentou Antonio Carlos, o fundo poderá instituir ações efetivas contra a exclusão social a que estão condenados, hoje, quase 35% de brasileiros, que vivem abaixo da linha da pobreza.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães
9h — Participa da reunião do Diretório Nacional do PFL
10h30 — Recebe José Orlácio Miranda dos Santos, governador do estado do Mato Grosso do Sul

Brasil 500



11h — Preside sessão deliberativa ordinária
12h — Recebe Carlos Alberto Menezes Direito, ministro do Superior Tribunal de Justiça

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PR nº 76/2000, altera a Resolução nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações; PDL nº 195/99, que renova a concessão à Rádio Alvorada de Rondônia para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média em Ji-Paraná (RO); PDL nº 205/99, aprova o ato que renova a autorização do governo do estado de Minas Gerais — Rádio Inconfidência para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Belo Horizonte (MG); PDL nº 248/99, que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora de Lençóis Paulista para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média em Lençóis Paulista (SP); PDL nº 278/99, que outorga permissão à Fundação Missionária de Radiodifusão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em FM, em Santo Ângelo (RS); PDL nº 114/2000, que autoriza a prefeitura municipal de Rio Parnaíba a executar serviço de radiodifusão sonora em FM, em Rio Parnaíba (MG); entre outros.

COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: discussão e votação das emendas ao Orçamento de 2001. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Mensagem nº 215/2000, solicitando autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 19,1 milhões, de principal, entre o Brasil e o Hungarian Export-Import Bank, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Modernização de Laboratórios de Educação Profissional, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proef). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h — CPI do Futebol
Pauta: depoimento da estudante Renata Carla Moura Alves. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

COMISSÃO

Sexta-feira
10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: reunião para discutir o salário mínimo. Auditório Nereu Ramos

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CCJ e CAS aprovam restrição a anúncios de cigarros

Relatório de José Roberto Arruda, aprovado por unanimidade, proíbe a propaganda do fumo em revistas, jornais, TVs, rádios e *outdoors*, mas permite o envio de malas diretas e a afixação de cartazes, painéis e pôsteres na parte interna das lojas

A publicidade de cigarros e de outros produtos derivados do tabaco em revistas, jornais, TVs, rádios e *outdoors* será proibida, mas as indústrias terão permissão para enviar propagandas pelo correio – mala direta – ao público visado e ainda afixar cartazes, painéis e pôsteres na parte interna das lojas e de outros recintos. Essa foi a solução apontada pelo parecer do líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ao projeto da Câmara, originário do Poder Executivo, que visa impor restrições à publicidade desses produtos.

O parecer de Arruda foi aprovado por unanimidade, na manhã de ontem, em reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o projeto tramitava concomitantemente. Classificada por Arruda como uma das mais polêmicas analisadas recentemente pelo Congresso, a matéria foi objeto de três audiências públicas conjuntas entre as duas comissões e de 23 emendas apresentadas ao relator.

O projeto, que altera legislação de 1996, tramita em regime de urgência constitucional e por isso deve ser apreciado já na semana que vem pelo Plenário do Senado. Se mantido o voto do relator, com as alterações no texto aprovado pelos deputados, a matéria volta à Câmara.

– Meu maior desafio era estudar uma forma de compatibilizar o interesse maior do governo e da sociedade, no sentido de ado-

tar medidas mais drásticas para coibir o hábito de fumar, com o direito constitucional dos produtores de cigarro e derivados de anunciar seus produtos – avaliou Arruda, acrescentando que antes de relatar o projeto era apenas um não-fumante, tendo passado a ser, depois disso, um anti-tabagista.

Arruda explicou que, caso o Senado adotasse a versão da Câmara, apesar de contar com o respaldo dos artigos constitucionais que descrevem a saúde como dever do Estado e direito do cidadão, seria questionado quanto ao caráter de constitucionalidade do projeto. Isto porque a Constituição permite a restrição da publicidade desse tipo de produto, mas não a sua total proibição, uma vez que tem comercialização regular no território nacional.

Além da permissão da propaganda de cigarro pelo correio, Arruda considera como regular a informação jornalística e científica que aborde a questão do cigarro e de seus derivados. Sugere ainda, em seu relatório, a proibição da publicidade dos fumígenos via Internet e do *merchandising* (propaganda subliminar que utiliza ações de personagens em atuações não diretamente relacionadas com o uso do cigarro).

Outra proposta do relator é que se estabeleça um período de transição até o dia primeiro de janeiro de 2003 para que os contratos de apoio (patrocínio) firmados entre promotores de eventos esportivos, como os de automobilismo, e as empresas tabagistas sejam cumpridos.

Mortes e gastos com doentes reforçaram posição de Arruda

O senador José Roberto Arruda disse que alguns dados foram fundamentais para que tomasse posição na elaboração de parecer contrário à propaganda de cigarro, como o fato de 80 mil pessoas morrerem ao ano, no Brasil, vítimas de doenças provocadas pelo fumo.

O Sistema Único de Saúde gasta R\$ 1 bilhão ao ano com o tratamento dos usuários de cigarros, informou o senador, e mais R\$ 2,7 bilhões com o pagamento de aposentadorias precoces; em cada três pessoas aposentadas, uma é fumante. No total, portanto, acentuou, o Estado gasta cerca de R\$ 3,7 bi ao ano com reparação dos danos causados

pelo consumo do tabaco.

O senador lembrou que o cigarro contém, comprovadamente, 600 substâncias tóxicas que causam dependência química, e que 27 países já proibiram totalmente a propaganda do fumo. Na Noruega, Finlândia, França e Nova Zelândia, entre outros, houve redução significativa dos percentuais de consumo, frisou.

– Não temos a ilusão de que os fumantes de hoje parem de fumar com a adoção dessas medidas, mas, como sabemos que o vício começa na adolescência, estamos investindo na diminuição gradativa do consumo de cigarros no futuro – argumenta o senador.



Reunião conjunta das comissões teve vários pronunciamentos, mas o parecer foi aprovado por unanimidade

Oposição cobra medidas também contra o álcool

Ao encaminhar o voto favorável ao parecer do senador José Roberto Arruda ao projeto da Câmara que restringe a propaganda de cigarros e demais produtos do tabaco, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) registrou seu protesto diante do fato de o governo e o Congresso não estabelecerem regras similares para a publicidade de bebidas alcoólicas.

Jefferson informou, durante reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Assuntos Sociais, realizada na manhã de ontem, que é autor de projeto em tramitação no Senado com intenção se-

melhante à constante da proposição em votação nas duas comissões, advertindo, no entanto, que sua proposta atinge também a propaganda de bebidas.

– Essa aprovação é tecnicamente errada, pois as bebidas alcoólicas viciam e matam tanto quanto o cigarro. Não podemos esquecer que este último prejudica apenas seu usuário, enquanto a bebida destrói famílias inteiras. Se estamos restringindo o cigarro, temos que fazer o mesmo com a bebida – recomendou.

Também o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou seu voto favorável à matéria, adver-

tando, no entanto, que a oposição já está cansada de ver seus projetos, de teor similar aos apresentados pelo governo, atropelados.

– Este é um caso que eu não chamaria de roubo, mas de aproveitamento de idéias. Estou votando sim por pragmatismo parlamentar – afirmou.

Já o senador Moreira Mendes (PFL-RO), que se retirou antes da votação, disse que não estava satisfeito com o relatório de Arruda e informou que durante a tramitação no Plenário irá reapresentar as emendas que sugeriu ao relator. Ele considera que as restrições são inconstitucionais.

PROPAGANDA DE CIGARRO: AS DIFERENÇAS ENTRE OS TEXTOS DA CÂMARA E DO SENADO

O senador José Roberto Arruda manteve o essencial do projeto aprovado pela Câmara, mas sugeriu sete novas restrições e algumas permissões

PROJETO DO SENADO	PROJETO DA CÂMARA
1 – Proíbe a propaganda nos meios de comunicação mas permite o envio pelo correio (mala direta) ao consumidor	1 – Proíbe toda e qualquer propaganda comercial de cigarros e demais produtos do tabaco nos meios de comunicação
2 – Permite os cartazes na parte interna dos pontos-de-venda e de outros recintos de interesse das empresas	2 – Permite colocação de painéis, pôsteres e cartazes apenas na parte interna dos pontos-de-venda
3 – Proíbe a propaganda relacionando cigarro a esportes e prevê o prazo de dois anos para encerrar os contratos de patrocínio esportivo	3 – Proíbe a propaganda de tabaco relacionada com atividades desportivas, prevendo um ano de prazo para cumprimento da determinação legal
4 – Proíbe a distribuição gratuita de brindes em escolas e em centros de saúde e o uso de imagens de crianças nas propagandas	4 – Proíbe a distribuição gratuita de brindes "fumígenos" em escolas e o uso de imagens de crianças nas propagandas
5 – Proíbe a propaganda via Internet	5 – Não trata da propaganda via Internet
6 – Proíbe a prática do "merchandising" de cigarro	6 – Não trata da questão do "merchandising"
7 – Estabelece de forma definitiva a proibição do fumo em aviões, ônibus e trens	7 – Não trata do uso do cigarro nos meios de transporte



Rocha acredita que a subcomissão poderá ajudar o Senado a "atender às necessidades" dos idosos

Subcomissão do Idoso vai retomar trabalho este mês

A Subcomissão do Idoso, que faz parte da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), retoma os trabalhos na segunda quinzena deste mês, com o objetivo de eleger os seus novos presidente e relator. A informação foi dada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) durante reunião de ontem da CAS, após entendimentos com o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que também é membro da comissão.

O antigo presidente era o ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Mas desde junho, lembrou Rocha, as reuniões da subcomissão deixaram de acontecer. Já o relator não havia sido eleito durante o tempo em que sub-

comissão funcionou. O senador informou que, além dele, integram a subcomissão os senadores Marluce Pinto (PMDB-RR), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Djalma Bessa (PLF-BA), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Leomar Quintanilha.

— Nós temos uma demanda muito grande de projetos sobre o tema que tramitam na Casa e podemos desenvolver um bom trabalho para atender às necessidades das pessoas que se encontram nessa faixa etária — antecipou o parlamentar.

De acordo com o senador Sebastião Rocha, a Subcomissão da Saúde, outra que é vinculada à CAS, também deve ser instalada brevemente.

Alterações climáticas serão tema de audiência pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai convocar audiência pública com três ministros de Estado para debater a posição a ser defendida pelo Brasil na conferência internacional sobre alterações climáticas, a se realizar quarta-feira em Haia, na Holanda. O requerimento de convocação é do senador Júlio Eduardo (PV-AC), e foi aprovado ontem.

A conferência de Haia irá reunir os países signatários da convenção sobre alterações climáticas que vêm ocorrendo no globo terrestre e do protocolo de Kioto. O encontro vai analisar também os mecanismos do chamado "desenvolvimento limpo". A audiência pública proposta por Júlio Eduardo e aceita pela CAS deverá ter a presença dos ministros do Meio Ambiente, Sarney Filho; das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia; e da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg.

Segundo Júlio Eduardo, a proposta de audiência pública na CAS decorre dos resultados colhidos em recente seminário nacional, realizado em Belém (PA), sobre os

assuntos relacionados com a defesa do meio ambiente e as providências dos governos.

— A conclusão do encontro foi de que a sociedade como um todo está fazendo muito pouco para manter o equilíbrio do meio ambiente e a conservação das florestas e do clima — esclareceu Júlio Eduardo.

Outro requerimento também aprovado na reunião da CAS, do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), sugere o convite a um especialista do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para participar de audiência, já aprovada pela comissão, que irá debater o programa IDH-14, ou Projeto Alvorada, que o governo pretende implantar nos 14 estados mais pobres do país.

Sebastião Rocha já havia pedido a presença do ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, e da secretária nacional de Assistência Social, Wanda Hengel. Na avaliação do presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), a reunião deverá ser realizada ainda neste mês.

CAS aprova projeto de lei que regula coleta e uso de sangue

Comissão decide manter texto aprovado pela Câmara para evitar que a proposta, que tramita desde 1991, retorne ao exame dos deputados

Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram, na manhã de ontem, parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) ao projeto de lei da Câmara que regulamenta as atividades relacionadas com a coleta, o armazenamento e o uso de sangue e de seus derivados. Althoff decidiu manter o texto original aprovado pela Câmara após entendimento com os demais integrantes da comissão, o que permitiu a aprovação do parecer por unanimidade.

A proposta tramita na Câmara desde maio de 1991 e chegou ao Senado em janeiro de 1999, no período de convocação extraordinária. Requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), aprovado em Plenário, determinou o envio do projeto à CAS. Se aprovada pelo Plenário do Senado, a matéria não precisará retornar à Casa de origem, já que o texto não foi modificado, podendo ser sancionada pelo presidente da República.

O projeto regulamenta disposições do artigo 199 da Constituição e estabelece princípios e diretrizes, caracterizando a área de atuação, a



Na reunião, o relator Geraldo Althoff (D) disse que um dos objetivos da nova política de sangue é harmonizar as ações do poder público

direção, gestão e o financiamento da atividade hemoterápica no país.

— O novo ordenamento é caracterizado pela instituição de uma política nacional de sangue cujos objetivos são a garantia de auto-suficiência no país no setor e a harmonização das ações do poder público — explicou Althoff.

Essa nova política, acrescenta o relator, será implementada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), através do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados, que englobará os organismos responsáveis pela captação, coleta, processamento, distribuição e

transusão do sangue e dos hemoderivados. Os órgãos de vigilância sanitária e epidemiológica também apoiarão o sistema.

O senador Tião Viana (PT-AC), que havia apresentado três emendas, decidiu retirá-las e explicou que tal procedimento atendia ao interesse maior de o país possuir uma política definida para o setor. Em sua opinião, no entanto, a legislação não irá resolver o problema de autonomia do Brasil na área de hemoderivados. Para ele, melhor seria a preparação de uma proposta de emenda constitucional para regular definitivamente o assunto.

Novas regras proíbem venda do produto e de seus derivados

A principal alteração trazida pelo projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais é a proibição total de comercialização do produto e de todos os seus hemoderivados, o que obrigará o Sistema Nacional de Sangue a contar com a utilização exclusiva das doações não-remuneradas para o tratamento dos pacientes que dependem desses produtos.

A cobrança de todos os serviços, como processamento, estocagem, distribuição e transfusão de sangue e derivados fica vedada pela proposta, que ainda proíbe a exportação do sangue e seus derivados — a não ser por casos de solidariedade nacional.

O Sistema Único de Saúde (SUS) ficará responsável pelo cuidado com a saúde do doador e do receptor, sendo que tanto o gover-



Viana votou pela aprovação do projeto, mas diz que o tema ainda requer melhor regulamentação

sangue coletado, bem como a utilização de material esterilizado e descartável. Fica permitida, no entanto, a cobrança dos gastos com insumos, materiais e mão-de-obra (serviços médicos) necessários para os procedimentos que envolvem o tratamento desses produtos. Já os receptores terão o direito à informação sobre a origem e procedência do sangue e hemoderivados que estão recebendo.

O projeto estabelece ainda que o poder público irá atuar no sentido de fiscalizar e estimular a formação e aperfeiçoamento das pessoas envolvidas com as atividades do sangue, além de incrementar as pesquisas de desenvolvimento tecnológico do setor. Se aprovada, a proposta revogará lei sobre o assunto vigente desde 1965.

no federal quanto os estados da Federação terão 180 dias para implantar, obrigatoriamente, os sistemas estaduais para prestar esse serviço.

A assistência médica prevista incluirá a triagem dos doadores com a realização de exames do

Aprovada redução das sessões do Congresso

Conforme a proposta de Lúcio Alcântara, Senado e Câmara só vão se reunir em conjunto para inaugurar sessão legislativa, posse do presidente da República, promulgação de emenda constitucional e recepção a chefe de Estado

Por unanimidade, o Senado aprovou, em segundo turno, proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional à inauguração da sessão legislativa, à posse do presidente da República, à promulgação de emenda constitucional e à recepção a chefe de Estado. Foram registrados 61 votos a favor da proposta, que agora vai à Câmara.

Pelo texto, o Congresso não vai se reunir para a apreciação de veto. A tarefa, hoje a cargo do Congresso, ficará por conta da Casa iniciadora do projeto e, quando rejeitado, será submetido à outra Casa. Rejeitado o veto pelas duas Casas, o texto da matéria vetada será encaminhado, pelo presidente da Casa na qual tenha sido concluída sua deliberação, ao presidente da República para promulgação.

Em defesa da proposta, Lúcio Alcântara disse que praticamente nenhum outro país possui um Legislativo que delibera em sessões



O Plenário aprovou por unanimidade a proposta que restringe as hipóteses de sessão conjunta

conjuntas. “Isso é quase restrito ao Brasil. Nos Estados Unidos, o Congresso só se reúne eventualmente, em ocasiões solenes, sendo todas as outras decisões em Casas separadas”, informou.

Ao manifestar-se favoravelmente à emenda, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apelou para que, ao chegar à Câmara, a matéria não tenha o destino de tantas outras que ali demoram para ser votadas. Ele referia-se à emenda que disciplina a

edição de medidas provisórias e que já tramitou várias vezes entre as duas Casas, sem deliberação definitiva.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que a proposta de Alcântara visa sobretudo disciplinar de maneira mais eficaz a tramitação das matérias no Congresso. Ele citou como exemplo de tramitação difícil a proposta de lei orçamentária, dizendo que em sua apreciação no Congresso nem sempre problemas fundamentais da nação são discutidos.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a idéia de simplificar as sessões conjuntas do Congresso fortalece cada uma das Casas do Legislativo e fará com que cada uma examine com maior atenção as matérias que lhe são submetidas. Ele apelou ao Senado para que vote também proposta de sua autoria que obriga o presidente da República a trazer ao Legislativo a mensagem presidencial, o que hoje é feito pelo chefe da Casa Civil.

Plenário acata recondução do diretor-geral da ANP

O Senado aprovou ontem a recondução de David Zylberstajn ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), para um novo mandato de cinco anos. Foram 44 votos favoráveis, sete

contrários e duas abstenções.

A indicação não estava na pauta de votações, mas o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, perguntou se algum parlamentar se opunha à deliberação da maté-

ria. Com a concordância de todos, houve a votação, que ocorreu pelo processo eletrônico.

Ao ter seu nome examinado terça-feira pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Zylberstajn afir-

mou que o Brasil depende cada vez menos de petróleo importado e que, por isso, o país está menos vulnerável a choques externos. “Em caso de uma crise maior, o Brasil não será tão afetado”, assegurou.

Renato Guerreiro ficará mais cinco anos à frente da Anatel

O presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Navarro Guerreiro, foi reconduzido ontem ao cargo para um novo mandato de cinco anos. A mensagem presidencial com o pedido de recondução foi aprovada em Plenário por 46 votos contra cinco, além de duas abstenções, apenas uma hora depois de haver obtido parecer favorável da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Ao ser sabatinado pela comissão, Guerreiro apontou a universalização dos serviços telefônicos como a grande conquista dos três primeiros anos de funcionamento da Anatel. E previu para dentro de um ano a instalação de telefones em todas as localidades com mais de 600 habitantes, além de orelhões em todos os locais com mais de 300 moradores. Na sua opinião, a universalização de telefo-

nes está “praticamente resolvida”.

— Agora temos de cuidar do acesso do cidadão à sociedade de informação — disse Guerreiro durante o debate na CI, em resposta ao senador Paulo Souto (PFL-BA). Para isso, afirmou, o recém-aprovado Fundo de Universalização das Telecomunicações, que será posto em prática a partir de 2001, será importante instrumento. “Temos projetos nas áreas de educação, saúde e segurança que vão mudar a cara da sociedade brasileira”, adiantou.

Guerreiro citou a inauguração do cabo de fibras óticas entre o Rio Grande do Sul e o Acre e do acesso à Internet em uma escola em São Gabriel da Cachoeira (AM), na fronteira com a Colômbia, como demonstrações da expansão das telecomunicações no país. Ele utilizou o exemplo das eleições norte-americanas, cujo resultado ainda não era conhecido um dia



Renato Guerreiro apontou a universalização do telefone como conquista da Anatel

após o fim da votação, para demonstrar o avanço brasileiro no setor. “Eles não conseguiram resolver o problema da eleição de um presidente, enquanto divulgamos no mesmo dia os prefeitos eleitos no país inteiro.”

Durante o debate sobre a recondução de Guerreiro, que contou com parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR), a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), presidente da CI, e o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) lembraram as críticas feitas pelos consumidores aos serviços prestados pelas empresas telefônicas.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou estar preocupado com a possibilidade de repetição, na escolha do futuro padrão brasileiro de televisão digital, do erro que o Brasil teria cometido ao adotar o sistema PAL-M de televisão colorida. “Só o Brasil e o Laos adotaram esse sistema”, observou Camata. Guerreiro informou que a Anatel vem analisando sistemas desenvolvidos pelos Estados Unidos, União Européia e Japão, e que o país adotará um padrão “consentâneo com algum padrão internacional”.

Senado acolhe nomes para embaixadas no Gabão e Guiana

O Senado aprovou ontem mensagens presidenciais indicando dois diplomatas para postos no exterior. Tomas Maurício Guggenheim será embaixador do Brasil no Gabão. E Ney do Prado Dieguez ocupará a embaixada brasileira na Guiana. As duas decisões serão agora comunicadas ao presidente da República.



Ricardo Santos afirmou que Jones Neves foi empresário de destaque

Falecimento de empresário capixaba tem voto de pesar

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do empresário e político Jones dos Santos Neves Filho, e envio de condolências à família e à Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo.

Falecido no dia 1º de novembro, Jones Neves foi deputado federal por dois mandatos, empresário e presidente da federação que congrega as indústrias no estado. No exercício desse cargo, implantou o Centro Industrial de Vitória, na área metropolitana da Serra, principal região industrial do estado.

Em seu requerimento, Ricardo Santos afirmou que o Jones Neves foi um dos principais formuladores do desenvolvimento industrial do Espírito Santo nos últimos 30 anos, tendo sido empresário de destaque no ramo da construção civil e de produção de cerâmica.

Sálvio foi escoltado por policiais do Batalhão de Operações Especiais de Brasília



Presidiário acusa policiais paulistas de comandar crime

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país ouviu ontem o depoimento do presidiário Sálvio Barbosa Vilar, 44 anos, que trabalhou como informante da polícia, infiltrando-se em quadrilhas de diversos estados. Escoltado por homens do Batalhão de Operações Especiais (Bope) de Brasília, Sálvio, que já usou com identidade falsa o nome de Laércio da Cunha, acusou vários integrantes do Departamento de Crimes contra o Patrimônio, da Polícia de São Paulo (Depatri), de comandar um grande esquema de roubo de cargas e extorsão.

Impressionado com as acusações, o presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PFL-SP), resolveu modificar o cronograma de diligências já traçado pela comissão. Ele pretende, de imediato, seguir a trilha indicada pelo presidiário, para evitar que as informações se percam. Tuma afirmou, no entanto, que o novo roteiro será estabelecido de forma sigilosa, para facilitar o recolhimento de provas. Ele quer a participação direta do presidiário. O senador disse também que convidará o delegado Godofredo Bittencourt, diretor do Depatri, considerado por ele um "homem sério", para falar à CPI.

Além dos policiais do Depatri, Sálvio revelou também nomes de juizes, empresários, fazendeiros e rodoviários, detalhando ainda diversas rotas utilizadas pelas quadrilhas. Segundo ele, os policiais do Depatri chegam a fazer incursões em outros estados – sem o

conhecimento das respectivas polícias –, com a intenção de extorquir receptores de cargas roubadas que estão fora de seu esquema. Sálvio, que também colaborou com a CPI do Narcotráfico, disse que o valor das propinas varia entre US\$ 100 mil e US\$ 200 mil. "O dinheiro manda", afirmou.

O depoente apontou locais de desmanche de veículos em Minas Gerais e na Bahia, e contou que grande parte das cargas e caminhões desviados pela quadrilha do Depatri se destina ao Nordeste, em especial Recife.

De lá, segue para a região Norte, preferencialmente Belém (PA) e Porto Velho (RO), onde é trocada por madeira. Os caminhões roubados passam a trabalhar para as madeiras da região. Sálvio acusou a Polícia Rodoviária Federal de conivência, em postos situados entre Uberlândia (MG) e Garanhuns (PE). O presidiário também classificou a cidade de Montes Claros (MG) como uma base importante do crime organizado.

Indagado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), Sálvio revelou nomes de integrantes de quadrilhas no Maranhão. Ao senador Geraldo Cândido (PT-RJ), ele confirmou que o traficante Fernandinho Beira-Mar controla o roubo de cargas no Rio de Janeiro, e teria como braço direito em Minas o empresário Paulo César Santiago.

Afirmado temer pela própria vida, Sálvio apelou para que não seja transferido para um presídio em Campinas (SP). Ele quer permanecer em Brasília.

CAE vota pedido de recursos para a educação profissional

A ampliação de recursos para o financiamento do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) é tema de mensagem do presidente da República que a Comissão de Assuntos Econômicos vota hoje, a partir das 10 horas.

A mensagem solicita autorização do Senado para que seja contratada operação de crédito externo com o Hungarian Export-Import Banck, no valor aproximado de US\$ 19 milhões, cujos recursos se destinariam a financiar projetos do Proep.

CCJ decide sobre financiamento público de campanha na quarta

Enquanto não é votada, a matéria provoca polêmica. O senador Jefferson Péres prevê grande resistência dos partidos governistas

O projeto que institui o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais deve ser apreciado na próxima quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta foi retirada da pauta da reunião de ontem, a pedido do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que pretende avaliar melhor o texto. Além disso, o relator da proposta, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), comunicou ao presidente da CCJ, José Agripino (PFL-RN), que precisaria de um novo prazo para concluir seu parecer à emenda apresentada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).

Pedro Simon entende que o financiamento público das campanhas eleitorais representará importante avanço para a democra-



Álvaro Dias, relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pediu novo prazo para apresentar o seu parecer

cia brasileira:

– A corrupção, que hoje é um dos graves problemas do Brasil, será combatida através do fechamento de uma das suas principais

fontes, que é, justamente, o financiamento das campanhas – afirmou.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) concorda com o mérito e a importância do projeto, mas se disse descrente do apoio dos partidos da base governista. Segundo ele, os resultados das últimas eleições municipais deixaram o governo e seus aliados assustados com os resultados obtidos pelo PT.

– Na avaliação dos seus adversários, o PT seria o maior beneficiado com a aprovação do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais – observou.

Senadores têm divergências quanto à idade para aposentadoria compulsória

A discussão da proposta de emenda constitucional (PEC) que eleva de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória no serviço público mostrou que não existe consenso em torno do assunto. O debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi encerrado por pedido de vista do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que pretende verificar se a proposta está de acordo com a Emenda Constitucional nº 20, da reforma administrativa.

O relator, Ney Suassuna (PMDB-PB), acatou emendas de Plenário do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), estendendo a ampliação do limite de idade para todos os servidores públicos. A proposta original, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), aumentava o limite da aposentadoria compulsória apenas para a magistratura.

Para Suassuna, com os avanços da medicina, a expectativa de vida da população brasileira aumentou e, hoje, é possível manter a saúde e a vida profissional por mais tempo. Além disso, o relator acredita que o serviço público vem "ejetando" pessoas treinadas e com experiência acumulada, úteis para a administração pública.

Na mesma linha, Tebet acredita que a medida possibilitaria ao funcionário público ficar mais tempo na ativa, se assim o desejar, sem retirar direitos de ninguém. O mundo jurídico e o acadêmico, disse, teriam muito a ganhar com a ampliação do teto para aposentadoria compulsória. Tebet concorda, no entanto, que a renovação de quadros seria mais lenta, prejudicando o acesso de novos profissionais.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e José Eduardo Dutra (PT-SE), no entanto, são contra. Preocupado com o corporativismo, Jefferson entende que será muito difícil convencer um colega que já esteja com as faculdades reduzidas, com pouca produtividade ou trabalho de baixa qualidade, a pedir aposentadoria.

– Ninguém abordaria um colega

para recomendar a ele que se aposente. E esses casos não são raros. Muitas pessoas já estão nesta categoria de semi-incapazes – afirmou Jefferson Péres.

Ele acrescentou que casos como o do ex-senador Josaphat Marinho, que com mais de 80 anos está no auge da lucidez e da sabedoria, são pouco comuns.

Dutra argumentou que a renovação no Judiciário e na administração pública são importantes e que uma decisão dos senadores não se pode prender às exceções. O presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), marcou nova reunião para hoje – às 10h, antes da Ordem do Dia em Plenário – para discutir as cinco emendas que a comissão irá apresentar ao Orçamento de 2001. O relator é o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).



Ramez Tebet apresentou emendas de Plenário, estendendo a medida a todos os servidores

Leomar Quintanilha repudia acusação contra governador

Siqueira Campos foi tratado de forma “deselegante e desairosa” por matéria de revista sobre a eleição em Palmas, segundo o senador

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) repudiou ontem a publicação pela revista *Veja* de matéria acusando o governador do Tocantins, Siqueira Campos, de haver comprado votos na eleição para a prefeitura de Palmas, capital do estado do Tocantins. Segundo o senador, Siqueira Campos foi tratado de forma “deselegante e desairosa”, o que levou à indignação o povo do Tocantins.

– O governador tem dedicado sua vida a construir uma sociedade plural e justa, tendo sido eleito por cinco vezes consecutivas deputado federal e por três vezes governador – disse Quintanilha.

Conforme o senador, a prova da competência e da honestida-

de de Siqueira Campos é que, além de ter sido o responsável pela criação do Tocantins, tem transformado uma região antes remota em área próspera e desenvolvida. Entre outros méritos do governador, Quintanilha citou a austeridade nos gastos, que tem propiciado o aproveitamento de recursos em projetos sociais e no aumento da produção.

– No Tocantins a economia



Quintanilha: vitória em quase 90% dos municípios do estado

está saneada e não há inadimplência. Esse é um dos motivos pelos quais vencemos as últimas eleições em quase 90% dos municípios do estado – afirmou.

Líder relata reunião da Executiva do PPB

Como líder do PPB, o senador Leomar Quintanilha registrou, em Plenário, a presença do vice-presidente Marco Maciel na reunião da Executiva do partido, realizada na manhã de ontem, no Anexo

I do Senado.

Segundo Quintanilha, a reunião foi prestigiada pelos ministros do partido, Francisco Dornelles (Trabalho) e Prati de Moraes (Agricultura), e por parlamentares e

prefeitos pepebistas. Durante a reunião, Marco Maciel fez uma exposição sobre a reforma política, defendendo a necessidade urgente de sua aprovação no Congresso, relatou Quintanilha.

Eduardo reitera inconformismo e destaca apoio de entidades

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) manifestou novamente ontem seu inconformismo por não ter sido ouvido pelo repórter da revista *Veja*, responsável pela matéria que apresenta denúncia de compra de votos nas eleições municipais em Palmas, capital do Tocantins. O senador solicitou a inserção, aos Anais do Senado, de uma nota de repúdio assinada por várias entidades, contra a “campanha difamatória orquestrada por políticos inescrupulosos contra o Poder Judiciário, o Ministério Público, o governo do estado e o povo tocantinense”.

Em relação às denúncias, o senador revelou que os 1.500 voluntários que trabalharam na campanha eleitoral enviaram cartas ao seu gabinete co-

locando-se à disposição para depor em quaisquer processos. Ele disse ainda que enviou carta à revista *Veja* e que espera vê-la publicada. “Não queremos espe-



Eduardo Siqueira Campos aponta “campanha difamatória orquestrada por políticos inescrupulosos”

rar dez anos para que a revista reconheça ter cometido um erro”, afirmou.

Eduardo Siqueira Campos lembrou que o candidato derrotado nas eleições municipais em Palmas, Raul Filho, está sendo processado e que as pessoas que afirmam terem cometido o crime de vender os próprios votos, quando perguntadas, dizem não se lembrar para quem venderam. O senador também negou acusação de que o governo do estado tenha distribuído lotes durante a campanha. “O que nos deu a vitória foram os atos da oposição quando ocupou a prefeitura”, assinalou. Segundo o senador, o candidato derrotado e atual prefeito de Palmas não construiu um metro sequer de esgoto em quatro anos de mandato, “apesar de ser um médico” e atrasou o salário do funcionalismo.

Freitas pede adiamento do leilão da Cepisa

O senador Freitas Neto (PFL-PI) dirigiu um apelo às autoridades responsáveis pelo Programa Nacional de Desestatização e ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para que a privatização da Companhia Energética do Piauí (Cepisa) seja adiada até que a empresa, com recursos próprios e do governo federal, dote o estado da energia necessária a seu desenvolvimento.

Entre as razões para o adiamento, Freitas Neto ressaltou que, colocada em leilão há poucos dias, não houve comprador, o que demonstraria que “não há efetivas condições para que grupos particulares assumam a empresa”.

Apesar de favorável ao novo perfil do Estado, limitado em suas funções empresariais, o senador acredita que, nas regiões mais pobres, sem condições de se desenvolverem sem o impulso do Estado, é preciso um programa de investimentos que assegure o atendimento da população ainda privada dos mais elementares serviços. Esse é o caso do Piauí, em que “permanece a necessidade de levar energia a



Para Freitas Neto, vastas áreas do estado continuam sem acesso a energia

amplas áreas do território”.

Muito já foi realizado nesse sentido pela Eletrobrás, que investiu cerca de R\$ 484 milhões quando teve o controle da Cepisa, disse o senador. Apesar disso, vastas áreas do estado continuam sem acesso à energia capaz de melhorar a qualidade de vida de suas populações e garantir um mínimo de possibilidade de desenvolvimento econômico.

– Se não surgiu sequer quem comprasse a Cepisa no leilão marcado e frustrado, surgiria quem promovesse os investimentos necessários ao amplo atendimento do Piauí? – questionou.

Júlio propõe conferência sobre agroextrativismo

Ao registrar a realização de um encontro de representantes extrativistas de toda a Amazônia Legal, encerrado ontem em Brasília, o senador Júlio Eduardo (PV-AC) anunciou que, em parceria com a senadora licenciada Marina Silva (PT-AC), está propondo uma conferência nacional sobre agroextrativismo, cujo objetivo principal seria a busca de uma alternativa sustentável de desenvolvimento e inclusão social para a Amazônia.

Sobre o encontro encerrado ontem, Júlio Eduardo destacou a participação de extrativistas, cientistas e técnicos governamentais que trabalharam na elaboração de um mapeamento das áreas de maior incidência da atividade extrativista na Amazônia.

Júlio Eduardo também elogiou a criação da reserva extrativista de Tarauacá, no Acre, e a redução, anunciada pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, da taxa de juros do Programa de Desenvolvimento do Extrativismo (Prodez), de 5% para 0,5%. As iniciativas dos governos do Acre e



Júlio Eduardo busca alternativa sustentável de desenvolvimento

do Amapá, e das prefeituras de Belém e Macapá, no sentido de adotar programas visando à sustentabilidade social, econômica e ambiental foram elogiadas por Júlio Eduardo.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) registrou que o governo do Acre vem demonstrando que é possível compatibilizar o desenvolvimento com a preservação ambiental. Já o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) falou da importância da realização do zoneamento econômico e ecológico da região amazônica.

Senado decide se amplia prazo de antecipação de "royalties"

Proposta de mudança da Resolução 78/98 deve ser votada hoje. Plenário também examina, em turno suplementar, a criação de territórios federais

O Senado decide hoje se altera a Resolução 78/98 para permitir às administrações estaduais obterem do governo federal a antecipação de receitas de *royalties* em prazo superior ao período de governo. A mudança está prevista em projeto dos senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES).

Com parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos, elaborado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), o projeto condiciona essa antecipação de *royalties* à aplicação dos saldos resultantes da redução de gastos com aposentados nos fundos de previdência



Parecer de Osmar Dias é favorável à alteração da Resolução 78/98

dos funcionários dessas administrações ou na amortização de dívidas com a União.

A matéria altera artigos da Resolução 78 do Senado, que trata das operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal e municípios. Ao ser examinada na CAE, seu presidente, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), afirmou que o projeto atende aos interesses de muitos estados brasileiros.

Também hoje, o Senado delibera, em turno suplementar, sobre substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) a projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que autoriza um plebiscito

no Amazonas para a criação de três territórios — Rio Negro, Juruá e Solimões. A idéia é contemplar municípios distantes, completamente abandonados e carentes de serviços de saúde, saneamento, transporte e educação.

O projeto inicial de Mozarildo preconizava um plebiscito sobre o desmembramento de vários municípios para a criação do estado de Solimões. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Jefferson Péres afirmou que melhor alternativa seria criar territórios federais. O texto foi aprovado pelo Plenário, faltando ser votado em turno suplementar.

Serão votadas também renovações de concessões de emissoras em Ji-Paraná (RO), Belo Horizonte (MG), Lençóis Paulista (SP), Santo Ângelo (RS) e Rio Paranaíba (MG).

Redução de ICMS do trigo será reexaminada pela CAE

A requerimento dos senadores Edison Lobão (PFL-MA), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Paulo Souto (PFL-BA), o Plenário decidiu submeter a novo exame da Comissão de Assuntos Econômicos o projeto pelo qual o senador Osmar Dias (PSDB-PR) deseja reduzir de 12% para 7% o ICMS cobrado das operações interestaduais com farinha de trigo.

Em defesa do projeto, Osmar Dias afirmou que essa redução é essencial para baixar o custo da farinha de trigo no produto final que chega ao consumidor. A votação foi adiada porque nem todos os senadores estão convencidos disso. Um deles, Lúcio Alcântara, leu carta do secretário de Fazenda do Ceará sustentando que a redução prejudicará estados do Nordeste.

Lúcio Alcântara argumentou que o Senado já reduziu o ICMS das tarifas aéreas, numa medida que resultou infrutífera para o consumidor. Ele disse não concordar com o estabelecimento de alíquotas por produto e sustentou que, no caso do Ceará, haverá perda de receita, porque o estado vende farinha de trigo para outros estados.

Insistindo em que a matéria fosse votada, Osmar Dias afirmou não ser especialista em matéria tributá-

ria, mas em lógica. Ele disse que, mesmo havendo queda na receita, o importante é que o produto feito com farinha de trigo chegue mais barato ao consumidor.

José Eduardo Dutra concordou com o raciocínio de Osmar, mas disse ter dúvida se a redução de alíquota realmente resultaria em ganho para a população de baixo poder aquisitivo. "Sinto-me em dúvida ao votar essa matéria", disse, apelando para que fosse reexaminada.

Depois que Edison Lobão propôs que a CAE ouça o secretário da Fazenda do Ceará, Paulo Souto (PFL-BA) disse que não se pode tratar de competitividade entre empresas nacionais e estrangeiras mediante alíquotas do ICMS. "É um imposto de consumo, não é um imposto regulatório", afirmou.

José Alencar (PMDB-MG) manifestou-se a favor do projeto, assim como Roberto Requião (PMDB-PR), que informou ter uma proposta que o complementa. O projeto de Requião zera o ICMS dos alimentos da cesta básica. Pedro Piva (PSDB-SP) afirmou que, se estivesse convencido da eficácia do projeto, votaria a favor. Informou ter ouvido do secretário da Fazenda de São Paulo que a redução na alíquota do trigo não reduzirá o preço do pão.

CPI do Futebol ouve autora de denúncias contra Luxemburgo

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que está investigando o futebol brasileiro, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), adiantou que entre os questionamentos que fará à estudante de Direito Renata Alves, no depoimento marcado para hoje, às 11 horas, perguntará os nomes dos jogadores que teriam sido negociados com a participação do ex-técnico da Seleção Brasileira, Wanderley Luxemburgo.

— Queremos que, com o depoimento, as denúncias sobre a suposta relação conflituosa de Wanderley Luxemburgo com jogadores, empresas e empresários ligados ao futebol se torne um fato palpável e que Renata Alves também nos traga alguma documentação para substanciar essas informações — afirmou Althoff.

O relator da CPI do Futebol revelou que já se encontram à disposição da comissão as informações referentes à quebra dos sigilos bancário e fiscal de Wanderley Luxemburgo. Acrescentou que pretende comparar as informações fornecidas sob juramento por Renata Alves com os dados encaminhados pelo Banco Central e pela Receita Federal.



Comissão mista decidiu votar o projeto para "adiantar a discussão", pois o Congresso e o Executivo não conseguem chegar a um acordo sobre o tema

Comissão aprova projeto de conversão da MP dos fundos

A comissão mista encarregada de examinar a medida provisória (MP) que altera a legislação sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste aprovou o projeto de conversão apresentado pelo relator, deputado Francisco Garcia (PFL-AM), cuja principal inovação é baixar os juros dos empréstimos. Segundo o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da comissão, a votação do projeto de conversão foi a maneira encontrada pelos parlamentares para adiantar a discussão, uma vez que o Congresso e o Executivo não conseguem chegar a um acordo sobre o tema. O líder do governo na Câmara, deputado Artur Virgílio, informou por telefone ao vice-presidente da comissão, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que as negociações recomençarão hoje. A matéria deverá agora ser votada pelo Congresso.

A MP determinava uma variação dos juros anuais entre 9% e 16%, de acordo com o tamanho da propriedade. No projeto de Garcia, os ju-

ros ficaram em 5% para a agricultura familiar, 6% para os miniprodutores, 8,75% para os médios e 10,75% para os grandes. A MP tornou os juros anuais fixos. Antes, os empréstimos eram reajustados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que o diálogo com o Executivo precisa ser mantido e que os juros precisam baixar ainda mais. Emenda do deputado Mauro Benevides, agregada ao projeto de conversão, estabelece que até 10% dos recursos dos fundos poderão ser usados por empreendimentos comerciais e de serviços.

A comissão mista realizou nove reuniões para discutir a MP, que foi reeditada 26 vezes. Os fundos foram criados pela Constituição de 1988 com o objetivo de financiar setores produtivos das três regiões, com destaque para a agricultura. Os recursos são oriundos de repasse, pela União, de 3% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

CI aceita recondução de diretor-geral da Aneel

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou na noite de ontem novo mandato de quatro anos para o atual diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo. A recondução do diretor, que será agora submetida ao Plenário, foi acolhida por 16 votos contra um, além de uma abstenção.

Durante sua exposição inicial aos senadores, Abdo garantiu que o abastecimento no país está normal e que não faltará energia em 2001. Informou ainda que a agência está promovendo a licitação de 11 novas usinas hidrelétricas e quatro mil quilômetros de linhas de transmissão.

Até 2005, afirmou Abdo à comissão, todos os consumidores, inclusive os domésticos, poderão escolher a empresa da qual comprarão energia. Atualmente, essa possibilidade já existe para os médios e gran-

des consumidores.

Na sabatina, os senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Emilia Fernandes (PDT-RS), presidente da CI, demonstraram preocupação com eventuais cortes no abastecimento. Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pediu informações sobre novas usinas que serão licitadas em seu estado, enquanto Ramez Tebet (PMDB-MS) e Arlindo Porto (PTB-MG) enfatizaram a necessidade de privilegiar regiões menos desenvolvidas e a eletrificação rural.

Alberto Silva (PMDB-PI) demonstrou preocupação com a inundação de florestas pelas novas hidrelétricas, mas foi informado que a construção será precedida por rigorosos estudos de impacto ambiental. Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) informou que, em Alagoas, dentro de dois anos, todos os municípios contarão com energia elétrica.



A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura fará audiência pública para discutir a crise do setor elétrico e as possíveis soluções para enfrentá-la

CI aprova cinco emendas ao Orçamento federal de 2001

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem cinco emendas ao Orçamento Geral da União de 2001, totalizando recursos de R\$ 483 milhões. As propostas serão enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que deverá votar o relatório geral sobre a matéria até o final do ano.

Presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), a CI aprovou emenda destinando para a região Norte um montante de R\$ 90 milhões, destinados à melhoria da infra-estrutura urbana nos municípios de fronteira. Para o Nordeste, foram destinados R\$ 300 milhões para a construção de obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum.

Já para o Centro-Oeste, a comissão aprovou emenda no valor de

R\$ 10 milhões para a adequação de trechos rodoviários federais no corredor Oeste-Norte. Para o Sudeste, foram aprovados R\$ 62 milhões para a drenagem de portos e, por fim, para a região Sul, R\$ 21 milhões, para a implantação da estação terrena de rastreamento de satélites do CRSPE/Inpe, em Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Na mesma reunião, a CI aprovou dois requerimentos do senador Geraldo Cândido (PT-RJ). O primeiro cria uma subcomissão permanente destinada a analisar os acidentes que acarretam danos ao meio ambiente. O segundo propõe a realização de audiência pública para discutir a crise do setor elétrico e possíveis soluções. O debate deverá contar com a presença do ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho.

CFC quer mais verbas para TCU, Ministério Público e Funai

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem as cinco emendas que apresentará à Comissão Mista de Orçamento (CMO). Duas emendas beneficiam o Tribunal de Contas da União (TCU), enquanto outras duas favorecem o Ministério Público Federal (MPF).



O senador Romero Jucá preside a Comissão de Fiscalização e Controle

A quinta emenda destina recursos à fiscalização de terras indígenas.

O presidente da comissão, senador Romero Jucá (PSDB-RR), informou aos membros da CFC que as assessorias das duas instituições haviam dado prioridade a duas das várias emendas apresentadas beneficiando o TCU e o MPF. Para o TCU, a CFC aprovou uma emenda de R\$ 11 milhões, destinada à manutenção de serviços administrativos — atendendo às novas unidades da Procuradoria da República criadas em municípios, com a aprovação do Sena-

do Federal — e outra, de R\$ 12 milhões, para ações de informática.

Para o Ministério Público, foi aprovada emenda para a manutenção e conservação de bens imóveis, de R\$ 11 milhões, e outra, para estruturar os órgãos de fiscalização e controle, de R\$ 11 milhões. A emenda que beneficia a fiscalização de terras indígenas destina R\$ 25 milhões para a Fundação Nacional do Índio (Funai).

BBTUR

A CFC aprovou, por unanimidade, requerimento de Moreira Mendes (PFL-RO) determinando uma auditoria na BBTur, subsidiária do Banco do Brasil que atua no setor de turismo. O requerimento solicita que a auditoria seja feita pelo TCU. Moreira disse que a BBTur tem grande participação no mercado e lançou dúvidas sobre sua gestão.

Fraga atribui à crise cambial prejuízo de R\$ 13 bi em 99

Presidente do Banco Central também destaca que o país “já pode sonhar com o crescimento acelerado do processo econômico”

O presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, afirmou ontem em audiência pública realizada pelas comissões de Assuntos Econômicos do Senado e de Finanças e Tributação da Câmara, que a instituição teve R\$ 13 bilhões de prejuízo em 1999, provocado sobretudo pela desvalorização do real ocorrida em janeiro de 99. Parlamentares que participaram da reunião, como o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), chegaram a afirmar que aqueles R\$ 13 bilhões, devidamente corrigidos, atingem a quantia de R\$ 15,3 bilhões. A proposta orçamentária para 2001, segundo ele, vai repor ao BC os prejuízos de 1999.

Armínio Fraga fez uma avaliação dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, em cumprimento a dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, e revelou que a economia brasileira “está saudável”, registrando saldo positivo no balanço de pagamentos. “Com isso já podemos sonhar com o crescimento acelerado do processo econômico”, garantiu. E disse que a balança comercial poderá ter um crescimento de 4% este ano.

O presidente do BC informou que a sua maior preocupação, no setor produtivo, são as políticas protecionistas dos países desenvolvidos, que prejudicam os produtos brasileiros. Lembrou que os juros estão em queda, bem como



O deputado Alberto Goldman, o diretor do BC Edson Bernardes, Fraga, o senador Ney Suassuna e os deputados Jorge Curi, Ennio Bacci e Márcio Reinaldo

o déficit de conta-corrente. Para ele, o país já não depende mais do chamado capital de curto prazo e o crescimento econômico é sustentável. “É um claro sinal de que os horizontes da economia estão se alargando e o Brasil olha para o futuro sem medo”, disse, apontando as reformas fiscal, monetária e cambial como condição para o país crescer.

Armínio Fraga também defendeu a aprovação da lei de quebra de sigilo bancário de pessoas investigadas pela Justiça, e negou que o BC tenha isentado da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF) investidores estrangeiros que aplicam nas bolsas de valores. O que houve, afirmou, foi um “suporte operacional”, destinado a atrair investidores estrangeiros.

Ele considerou a Lei de Responsabilidade Fiscal um avanço e destacou a importância do equilíbrio

das contas públicas para o controle da inflação e a retomada do crescimento econômico. Com relação ao BC, revelou que a instituição vem cumprindo as suas metas e que no primeiro semestre deste ano obteve um saldo positivo de R\$ 300 milhões.

Mas, para vários parlamentares, o próprio presidente do BC não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal, já que permitiu, segundo informação do deputado Sérgio Miranda, a emissão de títulos que vão além do refinanciamento da dívida, o que é proibido pela lei.

— Vou processar o presidente do BC por não cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que ele defende com toda as forças. Por ser réu primário, aconselho o juiz a fazer com que ele preste serviço social em uma favela, a fim de conviver mais de perto com nossa realidade social — disse o deputado.

Amir Lando discute com líderes meios de viabilizar o aumento do salário mínimo

Representantes dos partidos políticos vão se reunir com o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), às 10h de amanhã, para discutir as medidas que o Congresso pode adotar com rapidez para gerar dinheiro necessário à elevação do salário mínimo de R\$ 151 para até R\$ 180. “Será uma reunião suprapartidária e até o local do encontro será neutro”, explicou o relator.

O principal projeto a ser discutido, e que aumentará a arrecadação federal, encontra-se na Câmara e trata do acesso da Receita Federal a informações bancárias de pessoas ou empresas suspeitas de sonega-

ção. A Receita tem uma listagem de possíveis sonegadores, que fizeram grandes movimentações financeiras (recolheram elevadas quantias de CPMF), mas não possuem renda ou patrimônio compatíveis.

A atual legislação impede que a Receita Federal inicie investigações sobre esses grandes pagadores de CPMF, não podendo sequer pedir à Justiça acesso às suas movimentações bancárias.

— A elevação do salário mínimo deve ser uma bandeira de todo o



Amir Lando: “Mínimo deve ser bandeira de todo o Congresso”

Congresso. Ninguém tem o direito de agir de forma escapista, nem o governo — afirmou Amir Lando. O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda, confirmou à assessoria do relator que participará da reunião.

Amir Lando manifestou-se “totalmente otimista” sobre a viabilização de fontes permanentes para bancar o aumento do mínimo. Ele recebeu ontem dois governadores, preocupados com o corte de verbas: Joaquim Roriz (DF) e Olívio Dutra (RS).

ACM inaugura mostra em homenagem a Sarney

Os 70 anos do senador e ex-presidente da República estão sendo lembrados com exposição no Salão Negro do Congresso Nacional. Iniciativa é da Academia Brasileira de Letras, do Museu da República e da Fundação José Sarney

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, inaugurou ontem, às 19 horas, no Salão Negro do Congresso Nacional, exposição que homenageia os 70 anos do ex-presidente da República José Sarney, numa iniciativa da Academia Brasileira de Letras, do Museu da República e da Fundação José Sarney.

Antonio Carlos ressaltou o caráter conciliador de Sarney, sua capacidade de administrar contrastes e harmonizar correntes políticas divergentes. "Estamos felizes em abrigar essa homenagem organizada

pela Academia Brasileira de Letras", disse. Ele lamentou apenas que o homenageado não tenha podido comparecer por problemas de saúde de sua mãe, dona Kiola.

O presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), Tarcísio Padilha, afirmou que Sarney representa um capítulo ímpar da história do país por ter sabido, como poucos, harmonizar as duas vertentes de sua vida, a política e a intelectual. "Por isso representa bem o país continente que é o Brasil", afirmou.

O ministro do Meio Ambiente e

da Amazônia, José Sarney Filho, agradeceu as palavras dirigidas a seu pai.

A exposição *José Sarney, o Poeta e Defensor da Liberdade* reúne 45 painéis retratando a vida e a obra do deputado, senador, governador, presidente da República e membro da ABL. Ficará aberta ao público até o dia 16 de novembro. Entre os presentes à inauguração, o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg, o cardeal arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, parlamentares, embaixadores e muitos amigos de Sarney.



Exposição *José Sarney, o Poeta e Defensor da Liberdade*, reúne 45 painéis e ficará aberta ao público até o dia 16

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – *Saúde/Unip* – A beleza da pele – parte 1
6h30 – *Agenda Econômica* – Sérgio Moreira, diretor-presidente do Sebrae, fala sobre pequenas empresas
7h30 – *Entrevista* – Sen. Jonas Pinheiro fala sobre armazenagem agrícola
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – 500 anos: O Brasil Colônia na TV – Cana de mel, preço de fel
9h – *Cores do Brasil* – Folclore do Maranhão
9h30 – *Entrevista* – Sen. Arlindo Porto fala sobre seguros
10h – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – CPI do Futebol (vivo)
Logo após – Comissão de Infra-Estrutura (gravado)
Logo após – Comissão de Educação (gravado)
20h30 – *Entrevista* – Sen. Jonas Pinheiro fala sobre armazenagem agrícola
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Comissão de Constituição, Justiça e Ci-

dadania (gravado)

Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica – Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica – Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Senador diz que nunca teve ambição

Quando criança, Sarney pedia insistentemente que sua mãe lhe desse uma bicicleta, presente que dona Kiola Ferreira de Araújo Costa jamais pôde comprar. "Minha mãe chorava porque eu queria ter uma bicicleta e ela não tinha condições de me dar. E me deram a Presidência da República. Mas continua a minha frustração por não ter ganho a bicicleta", brinca hoje o senador.

Filho de promotor de modestos recursos e leitor compulsivo desde a infância, Sarney estudou do nível secundário ao universitário em São Luís (MA), e, segundo ele mesmo conta, seu pai teve que vender a máquina de escrever para pagar a passagem do barco que o levaria para estudar naquela cidade, onde terminaria bacharel em Direito. Sobre sua vida, ele deu a seguinte entrevista ao Jornal do Senado.

Jornal do Senado – Quando fez a travessia do rio, o senhor pensou que algum dia seria presidente?

Sarney – Eu não tinha ambição nenhuma, senão a de estudar. Meu pai tinha grande preocupação com estudos e me mandou, com 11 anos, para São Luís. Atravessamos o rio Balsa – eu, minha mãe e um irmão – a caminho de Teresina. O barco parou em Uruçuí, onde eu tive uma febre muito alta. Não se sabia o que era, eu podia morrer e passamos uma semana lá. Quando finalmente chegamos a São Luís, minha mãe me instalou num pensionato, onde eu era o mais novo. Eu podia ter morrido com essa febre em Uruçuí, e Deus me trouxe até os 70 anos.

JS – Como é chegar aos 70 anos?

Sarney – É uma graça de Deus, é a graça da vida. Levo sempre em conta a mensagem evangélica segundo a qual o dia seguinte deve ser vivido como se a vida ainda tivesse um longo caminho. O segre-

do da vida é ter paz interior, é ter a consciência de que nada pode nos afetar. A fé religiosa é o grande ensinamento que tirei da vida. Ser cristão me deu a grande dádiva de chegar aos 70 anos em paz. Nunca duvidei da minha fé, nunca fui angustiado pela falta de fé.

JS – O senhor chegou a se angustiar entre a carreira literária e a política?

Sarney – A política para mim aconteceu. Ninguém faz política sem o imprevisto, ninguém tem por vocação ser político. Minha grande vocação sempre foi ler e escrever. E meu pai incentivava isso. Quando comecei a escrever, perguntei a ele: o que devo fazer? Ele disse: leia o Vieira e saberá como escrever bem. E eu voltei a indagar: e depois? Ele disse: torne a ler o Vieira. E depois? Ele disse: continue lendo o Vieira. Quando tinha 17 anos, ganhei um concurso de reportagem, fui contratado e comecei a escrever em jornal. Foi o jornal que me deu visibilidade política. A partir daí ingressei na política.

JS – E enfrentou, entre outras missões, a de substituir Tancredo Neves na sucessão presidencial de 1985...

Sarney – Aquele foi o momento mais difícil que vivi. Foi como se eu tivesse entrado num túnel desconhecido. Era a sensação de estar numa escuridão, sem saber o que estava ao redor. Quando eu vi às duas horas da manhã uma pessoa telefonar e dizer que eu ia assumir a Presidência da República às 10h, no meio de uma tragédia daquela proporção, com Tancredo Neves hospitalizado, eu pensava sobretudo no que os outros estavam pensando. Que frustração não está tendo neste momento o povo deste país? Em vez de Tancredo Neves, verão assu-

mir o vice-presidente. Só esse fato me pesava muito...

JS – O que mais ajudou nessa transição?

Sarney – O meu temperamento e a minha formação. Porque se eu tivesse um outro temperamento, se fosse vítima da vaidade, se o poder tivesse me subido à cabeça, não sei. Mas isso nunca me perturbou. Conseguimos fazer uma sociedade democrática e, se muitas vezes acharam que eu protelava as decisões, era porque me preocupava o problema da legitimidade. Sempre trabalhei para que tivéssemos um avanço e não um retrocesso. Sempre tive uma grande noção do que queria o povo e dos meus deveres para com o país e para com a história. Um intelectual tem sempre em mente que vai ser julgado pela história.

JS – Então foi fácil conciliar literatura e política?

Sarney – Não. Acho que há uma grande dificuldade entre o intelectual e o político, porque o intelectual é o homem que lida com a abstração, e o político é o homem que lida com a realidade. É difícil, mas eu procurei sempre conjugar isso, porque sempre achei que a política tinha muito de ficção e que a literatura tinha muito de realidade.

JS – Hoje o senhor tem o sentimento do dever cumprido?

Sarney – Sim, fiz tudo que devia fazer. Cada um de nós tem suas limitações. Mas acho que a Presidência do Brasil pode ter tido homens muito mais fortes, muito mais qualificados do que eu, porém, com mais vontade de acertar e com mais senso do dever, não teve. Cumpri aquela vida que Deus me deu. Rui Barbosa dizia que duas coisas transformam o homem – o poder e o saber. Eu acho que essas duas coisas não conseguiram me transformar.



Segundo Alcântara, a CEF desenvolve relevante trabalho social desde a sua fundação

Alcântara destaca papel da Caixa Econômica na área social

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que o balanço social da Caixa Econômica Federal (CEF) relativo a 1999 mostra que a instituição é o maior banco de poupança e o maior agente do Sistema Financeiro da Habitação em todo o país. Citando números e as áreas de atuação da Caixa como banco social, ele ressaltou que a instituição tem desempenhado esse papel desde sua fundação, em 1861, pelo imperador dom Pedro II.

Alcântara enumerou as novas áreas em que a Caixa atua como banco social: recursos humanos, educação, loterias, preservação ambiental, apoio à cultura e ao esporte, além das 50 tradicionais linhas de operação. "A Caixa empresta dinheiro sob hipoteca, financia bens de consumo duráveis, empresta a funcionários públicos ou empregados do setor privado sob consignação ou penhor", disse.

O balanço social mostra que a CEF tem atualmente 55.558 funcionários – um dos maiores empregadores do país. O senador elogiou o Programa de Crédito Educativo, recentemente substituído pelo Financiamento Estudantil (Fies), destinado aos universitários matriculados em curso de graduação pago. "Na segunda metade de 1999, já com o Fies, mais de 42,3 mil universitários foram beneficiados – incluindo 3,5 mil ex-bolsistas de instituições filantrópicas de ensino –, com alocação de R\$ 68,4 milhões", relatou.

O senador elogiou ainda o desempenho do setor de loterias da Caixa, que teve no ano passado o melhor resultado de sua história. Foi atingido o recorde de R\$ 2,6 bilhões, um crescimento de 32,14% em relação ao ano anterior. Ainda no ano passado, 187 hospitais sem fins lucrativos foram beneficiados com antecipações de recursos a receber do Ministério da Saúde, em um total de R\$ 82,2 milhões, acrescentou.

Mozarildo cobra rigor contra as operadoras de planos de saúde

Senador critica a regulamentação de lei aprovada em junho de 1998 e defende que as empresas devem ser obrigadas a cobrir todas as doenças que atingirem seus segurados

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez apelo aos senadores para que se faça uma revisão na legislação que regulamenta os planos e seguros privados de assistência à saúde. Ele destacou que a lei que trata do assunto, aprovada em 3 de junho de 1998, foi significativamente modificada por 31 medidas provisórias e várias resoluções do Conselho de Saúde Suplementar (Consu), formando uma "colcha de retalhos". Para o senador, deveria ser incluída na legislação a obrigatoriedade de cobertura de todas as patologias e a proibição de carências para doenças preexistentes.

Mozarildo denunciou que as operadoras de planos de saúde vêm tolhendo a liberdade de exercício dos profissionais de medicina e re-

duzindo a qualidade do atendimento prestado aos usuários dos planos privados. Para ele, as empresas se valem de brechas na legislação para descredenciar médicos e hospitais unilateralmente, sem comunicação aos usuários e prestadores, para restringir exames de diagnósticos e procedimentos terapêuticos e para fixar prazos mínimos entre consultas.

O senador, que é médico, apoiou o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Associação Médica Bra-



Mozarildo se diz favorável à tabela de honorários da AMB, que o Cade condenou

leira (AMB) no Movimento Nacional dos Médicos Contra os Abusos dos Planos de Saúde. Mozarildo Cavalcanti lembrou que a Frente Parlamentar da Saúde também manifestou apoio à iniciativa e que chegou a ser proposta na Câmara dos Deputados a criação de uma CPI para investigar a atuação das empresas de planos de saúde.

O senador criticou ainda decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que, atendendo a decisão do Comitê de Integração de Entidades Fechadas

de Assistência à Saúde (Ciefas), condenou as entidades médicas por estarem impondo às operadoras a tabela de honorários da AMB. O Cade determinou que as entidades deixem de fixar coletivamente os valores dos honorários médicos a serem cobrados e que apresentem aos conselhos as mudanças em seus estatutos, comprovando o fim da tabela de honorários.

Os médicos, afirmou, consideram a medida "truculenta, autoritária e abusiva", por entenderem que têm o direito de fixar honorários e se organizarem em entidades representativas. Mozarildo destacou que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, já se manifestou contra a decisão do Cade.

Sebastião Rocha denuncia o governador do Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) denunciou ontem o que chamou de "ato coronelesco e ditatorial" do governador do Amapá, João Capiberibe. Segundo o senador, Capiberibe depositou o duodécimo devido ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) diretamente nas contas pessoais de cinco dos sete conselheiros.

Cada conselheiro, relatou o parlamentar, recebeu o equivalente ao salário mensal: R\$ 25.810. O dinheiro, explicou, deveria ter sido depositado na conta institucional do TCE. Sebastião Rocha chamou a atenção para o fato de os cinco conselheiros do TCE beneficiados pelo depósito serem os mesmos que assinaram um documento inocentando o governador das acusações de malversação de recursos do Fundef, fundo destinado a investimentos em educação básica.

Um dos conselheiros, Júlio Miranda, é o ex-presidente da Assembleia Legislativa, que foi acusado por Capiberibe na CPI do Narcotráfico de ser um dos maiores traficantes do Amapá. Quan-



Sebastião Rocha

do fazia oposição ao governador, era traficante. Agora, que é aliado, recebe o salário dessa maneira – afirmou Sebastião Rocha.

Assegurando que não é aliado do Tribunal de Contas, da Assembleia Legislativa ou do governador do Amapá, Rocha elogiou a isenção e honestidade do Tribunal de Justiça de seu estado, que determinou o afastamento do deputado Fran Júnior, presidente da Assembleia Legislativa, e indicou os cinco membros que compõem a Comissão de Julgamento que vai julgar o governador João Capiberibe. Rocha espera que o julgamento prossiga.

A Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do estado são antros de corrupção e o governador é conivente com isso – afirmou o senador.

Sebastião Rocha acrescentou que o senador Ademir Andrade (PSB-PA) esteve no Amapá, onde atacou a bancada do estado no Senado, chamando os seus integrantes de "senadorezinhos". Rocha finalizou dizendo que o Amapá "não é, nunca foi e jamais será quintal do Pará".

Ademir Andrade defende Capiberibe das acusações

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu o governador do Amapá, João Capiberibe (PSB), acusado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP) de conivência com atos de corrupção. Segundo Ademir, o afastamento de Capiberibe do governo, determinado pelo presidente da Assembleia



Ademir: "Capiberibe é um homem íntegro, reconhecido no Brasil e no exterior"

Legislativa, Fran Júnior, foi "totalmente irregular", tanto que o governador jamais deixou de cumprir suas funções normalmente.

Ademir Andrade elogiou o Tribunal de Justiça do Amapá por ter afastado Fran Júnior do cargo e negou que em ato realizado no Amapá tenha chamado os senadores Sebastião Rocha e Gilvam Borges (PMDB-AP), este também adversário de Capiberibe, de "senadorezinhos". Andrade negou ainda que tivesse feito qualquer menção ao nome do senador José Sarney (PMDB-AP).

O que disse é que os senadores Sebastião Rocha e Gilvam Borges, por terem feito afirmações infundadas, deveriam ser investigados – afirmou Ademir Andrade.

Ele disse não estar a par dos de-

talhes acerca do pagamento dos salários dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE), mas que qualquer ato praticado por Capiberibe deve ter sido uma forma de normalizar os créditos salariais bloqueados pela presidente do tribunal, Margarete Salomão. Conforme Rocha,

Capiberibe pagou só os salários dos conselheiros que aprovaram a prestação de contas dos seus gastos com educação. Ademir afirmou que Margarete é suspeita de envolvimento com lavagem de dinheiro.

Capiberibe é um homem íntegro, reconhecido no Brasil e no exterior por sua administração honesta e voltada para o desenvolvimento sustentável. O senador Sebastião Rocha, que se elegeu com o governador, deveria rever sua atuação política para evitar o isolamento – aconselhou Ademir Andrade.

Em aparte, Rocha disse admirar Ademir Andrade, mas lamentou que partidos de oposição estejam apoiando Capiberibe, "um homem capaz de se aliar a quem já acusou de pertencer ao tráfico de drogas".



Conforme Hugo Napoleão, PDV é fundamental para a concretização das mudanças necessárias na Caixa

Preservar a CEF é interesse da sociedade, diz Napoleão

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), afirmou ontem ser do interesse legítimo da sociedade brasileira garantir a sobrevivência de uma instituição bancária como a Caixa Econômica Federal, que continua na vanguarda do atendimento ao público, respondendo por 90% dos financiamentos habitacionais.

Napoleão lamentou que os esforços modernizadores da CEF estejam sendo criticados de maneira sectária por representantes pouco atentos à realidade material da Caixa. "A adoção de um Plano de Demissão Voluntária é fundamental para a concretização das mudanças necessárias e a Caixa está oferecendo aos voluntários amplo apoio para uma nova vida profissional", afirmou.

Segundo Napoleão, a CEF tem se posicionado, entre as instituições bancárias, como a de maior número de atendimentos, seja por sua grande rede de pontos de atendimento, seja pela capilaridade dessa rede, obtida através de 6.600 lojas lotéricas espalhadas no país para prestar serviços à população de baixa renda, tais como pagamento de contas de água, luz e telefone.

O sucesso da ampliação das atividades das lojas lotéricas se demonstra em números: são 50 milhões de transações efetuadas nessas lojas, contra 43 milhões de transações efetuadas nos tradicionais pontos de atendimento, disse Napoleão.

Para o líder do PFL, a sociedade brasileira está atenta e não permitirá que uma instituição da importância da CEF coloque sua sobrevivência em questão para se submeter a interesses menores.

Arruda elogia movimento pela paz e pede restrição a armas

Líder do governo saúda luta de mães que tiveram filhos assassinados e defende urgência na votação de seu projeto de desarmamento

Em nome da liderança do governo, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) saudou as 200 mães na luta pela paz que visitaram o Senado ontem e pediu urgência na votação do projeto de restrição às armas de fogo. O projeto, que é de sua autoria, já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aguarda votação em outra comissão, informou o senador.

Em seu discurso, Arruda se referiu especialmente ao Movimento Viva Rio e ao Sou da Paz, que distribuiu um documento pedindo o desarmamento. Ele aproveitou o momento para conclamar os senadores a darem uma resposta positiva, vo-



Arruda espera que o Congresso seja motivado a votar propostas em busca de uma sociedade menos violenta

tando projetos que visem diminuir a violência no país.

— Tenho absoluta certeza de que

essa dor de todas vocês será transformada em energia positiva a motivar o Congresso Nacional para votar propostas em busca de uma sociedade menos violenta — afirmou o senador ao se dirigir às mães que tiveram seus filhos assassinados.

O senador citou a jornalista Valéria Velasco, mãe do jovem Marco Antônio, assassinado em Brasília, que disse ter transformado a sua vida em luta pela paz porque não quer ver outras mães passarem pelo mesmo sofrimento. Lembrando que os parlamentares estão acostumados aos *lobbies* dos grandes grupos econômicos, o senador observou que é preciso também ouvir as pessoas humildes.

Hartung rebate críticas de prefeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse ontem que não têm fundamento as críticas dos atuais prefeitos de que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) condenará muitos deles por crimes fiscais cometidos por seus antecessores, denunciando atos cometidos antes de sua vigência, e teria sido implantada sem um período de transição. Os prefeitos estiveram em Brasília na terça-feira, para apresentar suas críticas ao Congresso Nacional.

É óbvio, na opinião de Paulo Hartung, que um prefeito não será acusado de um crime que não estava previsto em lei, "ainda mais se o crime for o de deixar contas em aberto e não tiver sido cometido por ele e sim pelo seu antecessor".

Quanto à suposta necessidade de um período de transição para a vigência da lei, que seria desconhecida por parte da maioria dos prefeitos, Hartung lembrou que o governo federal divulgou anteprojeto de lei no final de 1998, publicou-o no *Diário Oficial*, abriu fase de consultas públicas, enviou o projeto



Paulo Hartung lembrou que a LRF foi amplamente divulgada desde a fase de anteprojeto

por carta à maioria dos governantes e realizou uma série de reuniões pelo país. Tudo isso antes de encaminhar a proposta ao Congresso, em abril de 1999. A partir dessa data, acrescentou o senador, o governo ainda fez divulgação maciça do projeto de lei.

Sobre o principal problema que levou os prefeitos a pedirem o adiamento da vigência da Lei

dos Crimes Fiscais, diretamente vinculada à LRF e válida desde outubro deste ano — os restos a pagar devidos pelas administrações municipais —, Hartung esclareceu que os restos a pagar podem ser para cobrir a folha salarial ou o pagamento de equipamentos e serviços. Como contas a vencer, assim como em relação ao pagamento de uma fatura de cartão de crédito, não há por que pagar antecipado, mas há que se garantir as provisões para pagamento futuro, afirmou. Outro tipo de restos a pagar, conforme o senador, refere-se a dívidas com construtoras e empreiteiras, "na prática uma forma disfarçada e insensata de endividamento", pois implica contratação de serviços em montante superior à capacidade de pagamento.

Os restos a pagar verdadeiros, segundo Hartung, serão de pequenos valores. Mas, se forem "dívida disfarçada, especialmente com empreiteiras, o administrador terá de assumir o que fez e não deixar herança que contamine o mandato seguinte", afirmou o senador.

ACM receberá relatório sobre o Banespa, anuncia Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, irá receber o relatório completo sobre a privatização do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) na próxima terça-feira, em audiência com representantes do funcionalismo, deputados e prefeitos. O encontro foi solicitado em carta enviada ao senador paulista pela Associação dos Funcionários do Banespa, na qual se afirma que a apresentação do relatório ao presidente da Casa visa informá-lo sobre o processo de privatização do banco.

De acordo com a carta, lida por Suplicy em Plenário ontem, economistas da Unicamp e Dieese, a pedido dos procuradores da República, apontam uma diferença de R\$ 6 bilhões na avaliação do Banespa. Segundo esses dados, o consórcio BC-Banespa/Banco Fator avaliou o banco em R\$ 5,8 bilhões e o preço do leilão em R\$ 1,8 bilhão, enquanto Unicamp e Dieese avaliam que o valor do banco é de R\$ 11,9 bilhões e o preço do leilão, R\$ 3,7 bilhões.

Eduardo Suplicy manifestou sua concordância com editorial da *Folha de S. Paulo* que questiona o fato de o Banco Fator, contratado pelo Banco Central, ter usado na sua avaliação a média de taxas de juros dos últimos três anos, "período de graves crises internacionais". O senador lamentou que o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Wanderley Macris, tenha ignorado carta aberta, com centenas de assinaturas, pedindo um plebiscito para que a população do estado possa decidir sobre o destino do banco.



Suplicy atendeu pedido de funcionários do Banespa para marcar audiência com ACM